

UMA EMPRESA DE ESTADO: A CARTOGRAFIA IBÉRICO OITOCENTISTA

Desde 1976 que a Cátedra de Geografia Humana da Universidade de Barcelona publica com uma periodicidade bimensal, a revista *Geo-Crítica, cuadernos críticos de Geografía Humana*, sob a direcção do Prof. Horacio Capei. Os mais de 90 títulos vindos a lume, onde as vertentes teórica e metodológica têm sido sobremaneira cultivadas, são exemplo raro entre quem se dedica aos estudos geográficos em Espanha e em Portugal.

Percorrendo a lista dos cadernos que ao longo destes 16 anos nos têm chegado, retomamos duas ideias base. Por um lado, os temas revisitados: a história do pensamento geográfico, a Geografia no contexto das outras ciências, as relações entre Geografia e ideologia, o ensino da Geografia e, finalmente, os estudos de Geografia urbana e social, os mais numerosos. Por outro lado, quer a evolução de tratamento desses mesmos temas ao longo da série, quer a presença de "assuntos actuais" como a Geografia do turismo, a "nova" Biogeografia ou a Geografia política.

Este conjunto de pequenos estudos, cada um dos quais ronda a centena de páginas, enquadra-se num plano mais vasto de publicações que a Universidade de Barcelona dedica à Geografia, onde se incluem mais duas importantes séries: a "Colección Geo-Crítica. Textos de apoyo" e a "Colección Pensamiento y Método Geográficos". A primeira conta cerca de 10 volumes de que destacaríamos, porque sobejamente conhecidos em Portugal: *Ciência para la burguesia* (1983), *El centro histórico, un lugar para el conflicto* (1986) de Lopez Sanchez e *El Libro de Geografía en España, 1800-1939* (1988) de H. Capei e L. Urteaga. Da segunda, com mais de meia dezena de números, lembraríamos: *Excepcionalismo en Geografía* de F. Schaefer e uma importante notícia de H. Capei sobre Varenius e a sua *Geografía Geral*. Das escolas sempre ficaram duas heranças: o magistério dos professores (que se transmite por contacto directo) e as suas obras, que os fazem sobreviver e tomam os centros de investigação exemplos de proveito. É este o caso da Geografia de Barcelona.

Vejamos agora com mais atenção um dos últimos números de *Geo-Crítica, Cartografía y estado. Los mapas topográficos nacionales y la estadística territorial en el siglo XIX, o 88* da série (Julho de 1990), da autoria de dois membros do conselho de redacção da revista, Francesc Nadai e Luís Urteaga. Trata-se da primeira *Geo-Crítica* dedicada directamente à História da Cartografia, volume com um notável interesse para nós, dada a importância atribuída a Portugal nessa análise. A estrutura do número é simples: a 1ª parte, "Los mapas topográficos en la Europa ochocentista" com cinco capítulos, remata com o tema "De la administración militar a la administración civil: Gran Bretaña y Portugal": a 2ª parte, "La estadística territorial y la formación del Mapa de España" também com cinco capítulos, trata com maior detalhe da evolução da cartografia espanhola oitocentista em geral e do *Mapa de España* (1875-1968), em particular. O estudo da realização desse marco cartográfico de 1130 folhas, na escala de 1:50 000 é completado com dois apêndices: "Las ediciones del Mapa Topográfico Nacional 1:50 000" e o quadro "Hojas del mapa Topográfico Nacional, 1:50 000 y fecha de publicación según ediciones", dois úteis instrumentos de consulta para os utilizadores

da cartografia de grande escala do território espanhol. A bibliografia, com cerca de 70 títulos, inclui o que de mais importante se tem publicado sobre a cartografia ibérica oitocentista, bem como obras de referência para um enquadramento europeu.

O fio condutor que atravessa todo o estudo é o da relação entre Poder e Ciência, ideia cara aos autores, presente noutras das suas obras: "Este estudio se enmarca dentro de un proyecto de investigación más amplio sobre el papel del Estado moderno en la institucionalización de la estadística y la cartografía**" (p. 9). O Poder é na cartografia oitocentista (como no seu passado mais próximo) representado pela instituição militar. Quem planeia, executa e utiliza mapas ao longo dos séculos XVII e XVIII são maioritariamente os homens de guerra. O século XIX é também, na cartografia peninsular, um tempo de mudança. O confronto entre civis e militares pela posse da representação gráfica da Terra é descrito, a propósito da realização de alguns dos mais importantes "monumentos**" cartográficos em Portugal e em Espanha. "Empresa do Estado" porque "instrumento de governo" é a premissa chave para a compreensão dessa etapa de um historial mais extenso.

À cartografia setecentista, essencialmente topográfica e a grande escala, sucedem-se assim em meados de oitocentos (porque necessárias), primeiro uma cartografia de base a escalas diversas (especialmente regionais), depois e com base nesta, uma cartografia temática que resolve (ou ajude a resolver) problemas práticos da administração, das obras públicas ou mesmo da agricultura. A toda esta procura só podem responder acções conjuntas que contemplem os aspectos estatísticos e cartográficos levados a cabo por corpos organizados de técnicos e profissionais especializados. O (re)conhecimento dos países (e dos estados) é então completamente refeito.

Estes aspectos são abordados por F. Nadai e L. Urteaga nos dois primeiros capítulos da primeira parte do trabalho: "La cartografía topográfica como tarea del Estado*" e "Una herramienta estratégica, un instrumento de gobierno". Os três outros temas são o enquadramento internacional ao estudo da história do Mapa de Espanha, que constitui, como já referimos, a segunda parte desta Geo-Crítica: "Proyectos de centralización cartográfica: el Catastro y el Mapa de Francia", "Los mapas de Estado Mayor" (Bélgica, Prússia, Austro-Hungria, Rússia ...) e "De la administración militar a la administración civil: Gran Bretaña y Portugal".

Deixando de lado os aspectos fundamentais dessa evolução da cartografia europeia lembrados pelos autores, e donde ressalta a importância da difusão dos modelos franceses, comentemos brevemente o espaço dedicado à cartografia portuguesa.

O objecto principal dos autores é o mapa nacional, naturalmente o de Espanha vs os dos outros países. Porém, para o caso português pouco se diz das diversas tentativas a escalas distintas, antecessoras ou contemporâneas da *Carta Geral do Reino* (na escala de 1:100 000), sem dúvida a nossa maior realização cartográfica. Sobre os considerandos feitos à *Carta*. dois reparos: o relevo só aí é representado por *normais* nas primeiras três folhas (1856-58) sendo nas restantes, a partir de 1862, figurado por curvas de nível; a edição da última folha data, de facto, de 1904. Mas já que o caso português é apresentado de parceria com o britânico, para exemplificar a importância da sociedade civil na construção cartográfica, tendo como principal objectivo o desenvolvimento do país, porque não lembrar a relação da notável cartografia náutica e hidrográfica de Portugal e do seu Império com a cartografia inglesa do mesmo tipo? Será talvez essa a maior lacuna no referente a Portugal: a sua cartografia oitocentista não pode ser entendida se amputado todo o trabalho feito nas ilhas atlânticas, em África, na América do Sul, na Ásia e na Oceânia.

No que respeita directamente ao território português ibérico há que lembrar dois aspectos fundamentais na discussão da cartografia como instrumento do governo ao longo do séc. XIX. Por um lado os numerosos e sistemáticos levantamentos "hidrográficos" ao longo do litoral e toda a cartografia urbana a grande escala, que metodicamente cobrem o País. São eles que respondem directamente a realizações práticas ao mesmo tempo que tornam possível a reconstituição da maior parte do território em profunda transformação. Por outro lado, face à

lentidão e atraso na publicação das folhas da *Carta ...*, na escala de 1:100 000, é a *Carta Geographica de Portugal* na escala de 1:500 000 (1865), que servirá largamente de base a numerosos mapas temáticos (rede de transportes, geologia...) que descobrem o País. A partir dela construirá Barros Gomes o primeiro atlas nacional, as *Cartas Elementares de Portugal* publicado em 1875. Com base nesta visão de conjunto e nas realizações cartográficas à escala local se tomarão decisões para as quais a *Carta Geral do Reino* não tem muitas vezes resposta.

Sobre toda a segunda parte do trabalho dedicada ao *Mapa de Espana* pouco comentaríamos, a não ser a estreita semelhança de processos na História da Cartografia dos dois países ibéricos. Processos donde sobressaem a vertente política, os homens (com percursos e projectos idênticos) e, as obras, também elas em tudo semelhantes. Assim, o que esta *Cartografia y Estado* nos deixa, para além de todas as informações apresentadas e reflexões expostas, são as pistas para uma leitura conjunta das instituições (Institutos Geográficos e Sociedades de Geografia) e dos cientistas (Ibanez de Ibero - G. Pery, F. Coello - F. Folque).

Nunez de las Cuevas traduziu as palavras de Filipe Folque, citadas também no estudo que comentamos: "...el Catastro, la Topografía y la Estadística, son los três grandes instrumentos de la ciencia de gobernar, de ellos se deriva el conocimiento de los hechos, que es el responsable dei verdadero saber, por lo tanto es de rigurosa obligación de un Gobierno que se llama ilustrado, de un Gobierno propio dei gran siglo en que vivimos, establecer íncesantemente estos médios de gobierno" (p. 28). Para quê revermos esta frase no original? Folque falaria ou pensaria muitas vezes em castelhano e em catalão. De Stays (Catalunha) viera o pai, Pedro Folque há muitos anos, para trabalhar com Ciera, o filho do italiano chamado por Pombal...

João Carlos Garcia